

Evento discute Sistema Tributário brasileiro

Congresso de Direito reúne profissionais no Mar Hotel

Da Redação

Divulgação



ADAMS: problema da segurança jurídica com desenvolvimento do País

Apesar dos avanços visualizados nos últimos anos na relação sistema tributário e contribuinte, ainda há muitos passos até que a tributação no Brasil alcance a excelência desejada por empresas e pessoas físicas. Para fomentar ainda mais essa e outras discussões, o ministro chefe da Advocacia Geral da União, Luís Inácio Adams, chegou ao Recife ontem, para participar do 11º Congresso Internacional de **Direito Tributário** de Pernambuco, vai participar das atividades do evento, que termina hoje, no Mar Hotel, em Boa Viagem. À tarde, o secretário da Receita Federal do Brasil, Carlos Alberto Freitas Barreto, e a diretora do Instituto Pernambucanos de Estudos Tributários (Ipet), Fernanda Vilela, fazem uma saudação oficial ao ministro.

Para Adams, o evento é uma ótima oportunidade de reunir profissionais envolvidos com a área, sejam eles atuantes no setor privado ou público, para debater os grandes temas nacionais sobre a questão da tributação. "Um dos principais é o problema da segurança jurídica da tributação, que pode tornar viável ou inviável o desenvolvimento de uma empresa ou até o desenvolvimento econômico do País, já que é preciso ter justiça social e fiscal para equilibrar a capacidade de desenvolvimento do Brasil. Por isso é tão importante discutir essa a relação sistema tributário e mercado, tema do congresso", afirmou.

Essa temática da insegurança tributária foi abordada durante a palestra da presidente do Ipet, Mary Elbe Queiroz, que afirmou estar havendo mudanças constantes na interpretação das operações tributárias e, conseqüentemente, na jurisprudência de casos relacionados à tributação. "Muitas empresas têm buscado seguir o que manda a legislação, mas as interpretações subjetivas sobre as leis dificultam a elaboração de um planejamento tributário", disse. Mary Elbe Queiroz afirmou acreditar que essa insegurança é causada, entre outros fatores, pela impossibilidade de aumento direto dos tributos. "Eles buscam então aumentar a arrecadação de forma indireta fazendo releituras da lei", explicou.

A diretora executiva do congresso e diretora do Ipet, Fernanda Vilela, afirmou que a discussão desses e outros temas, bastante atuais, é imprescindível para os profissionais que estão envolvidos com a área, como advogados, contadores, economistas e acadêmicos. "Isso é algo que repercute diretamente na vida do contribuinte e no desenvolvimento das empresas", afirmou.